



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2018 e 2017

Com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2018 e 2017



Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A Instituição

O Grupo Rendimento, através das suas controladas, atua de forma consolidada no mercado de câmbio, destacando-se como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira para instituições financeiras, pessoas físicas, pessoas jurídicas e outros agentes autorizados pelo Bacen.

Oferece aos seus clientes serviços como arrecadação de tributos de veículos automotores, transferências internacionais, recebimento de recursos do exterior, remessas, abertura de conta corrente em moeda estrangeira e cartões pré-pagos nacionais e internacionais como o VTM – Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

Atua no Middle Market, nas modalidades de empréstimos, financiamentos, descontos de títulos, CDC, antecipação de recebíveis, fianças, repasses do BNDES e comércio exterior

O Grupo Rendimento, através das suas controladas, atua de forma consolidada no mercado de câmbio, destacando-se como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira, em espécie, para instituições financeiras e outros agentes autorizados pelo Bacen.

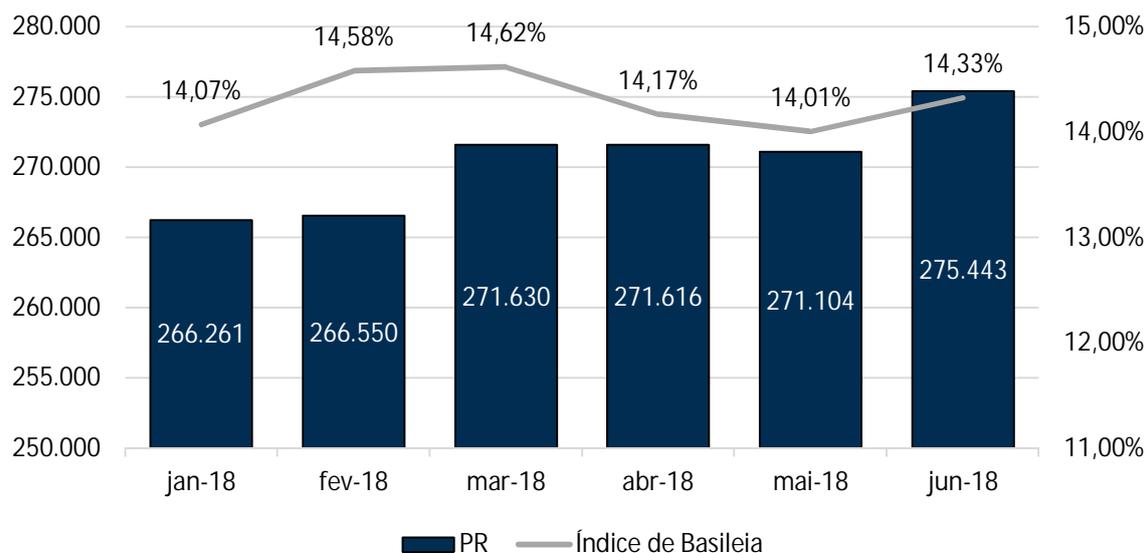
Índice de Basileia

Em outubro de 2013 através das Resoluções CMN 4.192 e 4.193, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu metodologia e requerimentos mínimos para apuração de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e instituiu o Adicional de Capital Principal.

Os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, de Nível I e de Capital Principal, são apurados com base no Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13.

O Patrimônio de Referência para junho de 2018 foi de R\$ 275.443 mil (R\$ 246.263 – junho 2017), considerados os ajustes prudenciais cujo consumo de créditos tributários representou maior relevância nas deduções ao capital Nível I, compensadas pelo lucro líquido do Conglomerado de R\$ 31.016 mil (R\$ 27.116 mil em 2017). O ativo ponderado pelo risco (RWA) apresentou montante de R\$ 1.922.081 mil (R\$ 1.681.641 mil em 2017).

Para o cálculo do índice de Basileia são utilizadas as informações consolidadas do Conglomerado Prudencial e, neste semestre, o Grupo Rendimento apresentou comportamento alinhado à sua série histórica, conforme demonstrado:



Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

A estrutura de Governança Corporativa encontra-se consolidada pela ética, transparência e conduta respeitosa no relacionamento com os acionistas, colaboradores, clientes e parceiros, tendo como arcabouço as leis, regulamentações externas, políticas, normas, procedimentos internos, códigos de conduta e ética, estrutura tecnológica e processos devidamente definidos e controlados por profissionais capacitados e alinhados aos objetivos estratégicos da instituição.

Nesse contexto estão abrangidas as áreas de Riscos, Compliance, Segurança da Informação, de Auditoria Interna, Controles Internos e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, através da utilização de ferramentas de mensuração e controles aderentes às melhores práticas e por meio de procedimentos e mecanismos específicos de gestão, proporcionais e em sintonia com as necessidades operacionais e de negócios da instituição.

Audidores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Grupo Rendimento. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Grupo Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Diretores e aos acionistas do
Banco Rendimento S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Rendimento S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 20 de agosto de 2018

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor.

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas financeiras estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as



**Building a better
working world**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC-1SP214144/O-1

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Balanços Patrimoniais em
 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



Ativo	Notas	2018	2017
Circulante		<u>2.596.672</u>	<u>1.429.584</u>
Disponibilidades	4	<u>273.361</u>	<u>305.249</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		<u>1.037.066</u>	<u>333.355</u>
Aplicações no mercado aberto	4 e 5	<u>1.037.066</u>	<u>304.200</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	<u>-</u>	<u>29.155</u>
Títulos e valores mobiliários	6	<u>191.852</u>	<u>465</u>
Carteira própria		<u>77.099</u>	<u>465</u>
Vinculados operações compromissadas		<u>7.673</u>	<u>-</u>
Vinculados a prestação de garantias		<u>107.080</u>	<u>-</u>
Instrumentos financeiros de derivativos	7a	<u>-</u>	<u>784</u>
Outros		<u>-</u>	<u>784</u>
Relações interfinanceiras		<u>116.081</u>	<u>14.746</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar		<u>113.613</u>	<u>11.480</u>
Créditos vinculados ao Bacen		<u>1.010</u>	<u>1.083</u>
Relações com correspondentes		<u>1.458</u>	<u>2.183</u>
Operações de crédito	8	<u>368.785</u>	<u>364.946</u>
Setor Privado:		<u>368.785</u>	<u>364.946</u>
Operações de crédito		<u>382.806</u>	<u>371.730</u>
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		<u>(14.021)</u>	<u>(6.784)</u>
Outros créditos		<u>595.476</u>	<u>397.248</u>
Carteira de câmbio	9	<u>460.571</u>	<u>270.515</u>
Rendas a receber		<u>3.288</u>	<u>2.477</u>
Negociação e intermediação de valores	7a	<u>750</u>	<u>147</u>
Diversos	10	<u>139.818</u>	<u>132.525</u>
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		<u>(8.951)</u>	<u>(8.416)</u>
Outros valores e bens		<u>14.051</u>	<u>12.791</u>
Outros valores e bens		<u>9.964</u>	<u>9.636</u>
Despesas antecipadas		<u>4.087</u>	<u>3.155</u>
Realizável a longo prazo		<u>347.467</u>	<u>448.010</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	<u>24.595</u>	<u>20.894</u>
Aplicações em moedas estrangeiras		<u>24.595</u>	<u>20.894</u>
Títulos e valores mobiliários	6	<u>-</u>	<u>178.400</u>
Carteira própria		<u>-</u>	<u>113.980</u>
Vinculados operações compromissadas		<u>-</u>	<u>12.176</u>
Vinculados a prestação de garantias		<u>-</u>	<u>52.244</u>
Relações interfinanceiras		<u>75</u>	<u>-</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar		<u>75</u>	<u>-</u>
Operações de crédito	8	<u>139.660</u>	<u>81.550</u>
Setor privado:		<u>139.660</u>	<u>81.550</u>
Operações de crédito		<u>142.431</u>	<u>84.686</u>
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		<u>(2.771)</u>	<u>(3.136)</u>
Outros créditos		<u>183.137</u>	<u>166.365</u>
Diversos	10	<u>183.137</u>	<u>166.365</u>
Outros valores e bens		<u>-</u>	<u>801</u>
Despesas antecipadas		<u>-</u>	<u>801</u>
Permanente		<u>16.873</u>	<u>15.221</u>
Investimentos		<u>72</u>	<u>72</u>
Outros investimentos		<u>72</u>	<u>72</u>
Imobilizado de uso		<u>13.942</u>	<u>11.539</u>
Imóveis de uso		<u>1.967</u>	<u>1.966</u>
Outras imobilizações de uso		<u>46.003</u>	<u>41.702</u>
(Depreciações acumuladas)		<u>(34.028)</u>	<u>(32.129)</u>
Intangível		<u>2.859</u>	<u>3.610</u>
Ativos intangíveis		<u>12.879</u>	<u>11.876</u>
(Amortização acumulada)		<u>(10.020)</u>	<u>(8.266)</u>
Total do ativo		<u>2.961.012</u>	<u>1.892.815</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Balanços Patrimoniais em
 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		<u>1.689.087</u>	<u>1.178.695</u>
Depósitos	11	<u>373.911</u>	<u>425.919</u>
Depósitos à vista		197.876	140.384
Depósitos interfinanceiros		2.012	12.335
Depósitos a prazo		174.023	273.200
Captações no mercado aberto		-	294
Carteira própria		-	294
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	<u>46.509</u>	<u>34.916</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		46.509	34.916
Relações interfinanceiras		<u>2.001</u>	<u>722</u>
Recebimentos e pagamentos a liquidar		2.001	722
Relações interdependências		<u>47.983</u>	<u>82.190</u>
Recursos em trânsito de terceiros		47.983	82.190
Obrigações por empréstimos	12	<u>13.055</u>	<u>17.704</u>
Empréstimos no exterior		13.055	17.704
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	12	<u>35.948</u>	<u>26.149</u>
BNDES		31.584	21.212
FINAME		4.364	4.937
Instrumentos financeiros derivativos	7a	<u>441</u>	<u>-</u>
Instrumentos financeiros derivativos		441	-
Outras obrigações		<u>1.169.239</u>	<u>590.801</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		18.887	24.275
Carteira de câmbio	9	<u>759.053</u>	<u>254.964</u>
Sociais e estatutárias		9.743	6.768
Fiscais e previdenciárias	13a	<u>30.760</u>	<u>21.580</u>
Negociação e intermediação de valores	7a	<u>397</u>	<u>1.432</u>
Diversas	13b	<u>350.399</u>	<u>281.782</u>
Exigível a longo prazo		978.368	454.322
Depósitos	11	<u>795.871</u>	<u>300.753</u>
Depósitos a Prazo		795.871	300.753
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	<u>2.253</u>	<u>4.899</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.253	4.899
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	12	<u>45.158</u>	<u>19.806</u>
BNDES		42.514	14.887
FINAME		2.644	4.919
Outras obrigações		<u>135.086</u>	<u>128.864</u>
Diversas	13b	<u>135.086</u>	<u>128.864</u>
Resultados de exercícios futuros		<u>492</u>	<u>420</u>
Resultados de exercícios futuros		492	420
Patrimônio líquido	16	<u>293.065</u>	<u>259.378</u>
Capital		107.370	107.370
De domiciliados no país		107.370	107.370
Reserva de lucros		107.469	71.594
Ajustes de avaliação patrimonial		(9)	(7)
Participações de não controladores		<u>78.235</u>	<u>80.421</u>
Total do passivo		<u>2.961.012</u>	<u>1.892.815</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração dos Resultados
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	Semestres	
		2018	2017
Receitas da intermediação financeira		233.574	209.848
Operações de crédito		67.984	64.380
Resultado de títulos e valores mobiliários		22.825	23.908
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	22.696	5.792
Resultado de operações de câmbio		120.068	115.768
Despesas da intermediação financeira		(40.664)	(40.873)
Captações no mercado	17	(25.076)	(27.567)
Empréstimos, cessões e repasses		(6.254)	(2.397)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.334)	(10.909)
Resultado bruto da intermediação financeira		192.910	168.975
Outras receitas/despesas operacionais		(143.832)	(125.079)
Receitas de prestação de serviços	18	47.477	40.162
Despesas de pessoal	19	(78.045)	(67.755)
Outras despesas administrativas	20	(62.833)	(58.305)
Despesas tributárias	21	(15.768)	(12.827)
Outras receitas operacionais	22	7.710	8.637
Outras despesas operacionais	22	(42.373)	(34.991)
Resultado operacional		49.078	43.896
Resultado não operacional		553	(41)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		49.631	43.855
Imposto de renda e contribuição social	14	(17.710)	(14.926)
Imposto de renda		(13.610)	(8.658)
Contribuição social		(10.958)	(6.849)
Ativo fiscal diferido		6.858	581
Participações estatutárias no lucro		(905)	(1.813)
Lucro líquido do semestre		31.016	27.116
Atribuível aos:			
Controladores		25.804	21.815
Não controladores		5.212	5.301
Total		31.016	27.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes a valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de Não controladores	Total
		Legal	Outras					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	107.370	3.719	51.860	(32)	-	162.917	81.407	244.324
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	21.815	21.815	5.301	27.116
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	25	-	25	-	25
Constituição de reserva legal	-	1.091	-	-	(1.091)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	14.924	-	(14.924)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.537)	(3.537)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(5.800)	(5.800)	(2.750)	(8.550)
Saldos em 30 de junho de 2017	107.370	4.810	66.784	(7)	-	178.957	80.421	259.378
Saldos em 31 de dezembro de 2017	107.370	6.190	87.345	(4)	-	200.901	77.533	278.434
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	25.804	25.804	5.212	31.016
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(5)	-	(5)	-	(5)
Constituição de reserva legal	-	1.291	-	-	(1.291)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	17.913	-	(17.913)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(5.270)	-	-	(5.270)	(2.000)	(7.270)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(6.600)	(6.600)	(2.510)	(9.110)
Saldos em 30 de junho de 2018	107.370	7.481	99.988	(9)	-	214.830	78.235	293.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Semestre	
	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	39.298	38.141
Lucro líquido do semestre	31.016	27.116
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	8.282	11.025
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.008	(1.024)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.334	10.909
Depreciações e amortizações	2.853	2.947
Impostos diferidos	(6.858)	(581)
Provisões/reversões operacionais	1.945	(1.226)
Variação de ativos e passivos	498.254	51.299
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.544	12.620
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(5.675)	(8.759)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(35.468)	(12.624)
(Redução) em relações interdependências	(34.230)	(34.326)
(Aumento) em operações de crédito	(12.323)	(84.595)
(Aumento) em outros créditos	(48.969)	(89.731)
(Aumento) em outros valores e bens	(387)	(1.297)
Aumento em depósitos	399.360	124.731
Aumento em captações no mercado aberto	-	294
(Redução)/aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(7.037)	27.484
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	17.125	24.034
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	-	(1.024)
Aumento em outras obrigações	224.266	94.630
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	48	(138)
Caixa líquido gerado/(aplicado) em atividades operacionais	537.552	89.440
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos		
Alienação de imobilizado de uso	2.271	94
Aquisição de imobilizado de uso	(6.018)	(578)
Aplicações no intangível	(533)	(186)
Caixa líquido em atividades de investimentos	(4.280)	(670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Juros sobre o capital próprio pagos	(9.110)	(8.550)
Pagamento/provisionamento de dividendos	(7.270)	(3.537)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(16.380)	(12.087)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	516.892	76.683
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	793.535	532.766
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (nota 4)	1.310.427	609.449
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	516.892	76.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

O Banco Rendimento S/A é a instituição líder do Conglomerado Prudencial, é uma sociedade anônima de capital fechado, em conjunto com suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo Rendimento”) tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, inclusive carteira de câmbio, crédito, cartões pré-pagos e o exercício da administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do CMN e do Bacen, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e Circular nº 3.701/14 do Bacen, as demonstrações financeiras do Grupo Rendimento foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

O Grupo Rendimento realizou a revisão das classificações de contas em 2018 para melhor apresentação, e para fins de comparabilidade, as seguintes rubricas e saldos foram reclassificados em 30 de junho de 2017:

Passivo (i)	30 de junho de 2017		
	Saldos apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Circulante	1.154.401	24.294	1.178.695
Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	1.855	24.294	26.149
Demais passivos circulantes	1.152.546	-	1.152.546
Exigível a longo prazo	478.616	(24.294)	454.322
Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	44.100	(24.294)	19.806
Demais passivos exigível a longo prazo	434.516	-	434.516
Resultados de exercícios futuros	420	-	420
Patrimônio líquido	178.957	-	178.957
Total do passivo	1.812.394	-	1.812.394

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



Demonstração dos resultados (ii)	30 de junho de 2017		
	Saldos apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Receitas da intermediação financeira	214.687	(4.839)	209.848
Operações de crédito	64.529	(149)	64.380
Resultado de títulos e valores mobiliários	24.257	(349)	23.908
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.792	-	5.792
Resultado de operações de câmbio	120.109	(4.341)	115.768
Despesas da intermediação financeira	(45.712)	4.839	(40.873)
Captações no mercado	(32.406)	4.839	(27.567)
Outras receitas/despesas operacionais	(125.079)	-	(125.079)
Outras despesas administrativas	(67.584)	9.279	(58.305)
Outras despesas operacionais	(25.712)	(9.279)	(34.991)
Lucro líquido do semestre	27.116	-	27.116

(i) Foram realizadas reclassificações entre circulante e exigível a longo prazo.

(ii) Para melhor comparabilidade foram realizadas reclassificações de despesas administrativas para despesas operacionais e de despesas da intermediação financeira para receitas da intermediação financeira.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 11 de Outubro de 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresa	Principal Atividade	País Sede	Controladas	(%) Participação
Banco Rendimento S/A	Banco comercial com carteira de câmbio	Brasil	Cotação Serviços Financeiros Ltda.	99%
Banco Brasileiro de Negócios S/A	Banco múltiplo	Brasil	-	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	Correspondentes de instituições financeiras	Brasil	Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	85%
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	Agências de viagens	Brasil	-	-
Cotação DTVM S/A	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	Action Empreendimento e Participações Ltda.	100%
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Brasil	-	-
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	Operadoras de cartões de débito	Brasil	-	-



Demonstramos a seguir as posições de patrimônio líquido e resultado das Empresas do Grupo:

Empresa	2018		2017	
	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Banco Rendimento S/A	214.830	25.804	178.957	21.815
BBN Banco Brasileiro de Negócios S/A	44.162	1.202	44.429	1.831
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	21.548	434	20.542	757
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	545	(17)	571	(1)
Cotação DTVM S/A	24.997	2.301	28.295	2.671
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	330	(509)	1.064	37
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	8.995	1.713	7.611	800

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco Rendimento e de suas controladas. A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira é a da data de fechamento.

Os efeitos da variação cambial sobre as operações em moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.



c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise



periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 8.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.



j) Intangível

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução do Bacen nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia" sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/15).



Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de Câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base “pro rata” dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do Bacen nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das demonstrações financeiras

q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Disponibilidades	273.361	305.249
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	1.037.066	304.200
Total	1.310.427	609.449

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Circulante	2018	2017
<u>Aplicações em operações compromissadas – Posição Bancada</u>		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	923.174	304.200
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	26.898	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	86.994	-
Total posição bancada	1.037.066	304.200
Total aplicações no mercado aberto	1.037.066	304.200
<u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>		
Não ligada	-	20.935
Não ligada - Crédito rural	-	8.220
Total certificado de depósitos interfinanceiros (CDI)	-	29.155
Total do circulante	1.037.066	333.355
<u>Realizável a longo prazo</u>		
<u>Aplicações em moeda estrangeira</u>		
Aplicações em moeda estrangeira	24.595	20.894
Total de aplicações em moeda estrangeira	24.595	20.894
Total realizável a longo prazo	24.595	20.894
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.061.661	354.249



6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2018			2017		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	278	278	-	465	465	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	278	278	-	465	465	-
Total de títulos para negociação	278	278	-	465	465	-
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria – Livres	76.827	76.821	(6)	113.988	113.980	(8)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	76.827	76.821	(6)	113.988	113.980	(8)
Vinculados a operações compromissadas	7.673	7.673	-	12.177	12.176	(1)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	7.673	7.673	-	12.177	12.176	(1)
Vinculados a prestação de garantias	107.090	107.080	(10)	52.248	52.244	(4)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	107.090	107.080	(10)	52.248	52.244	(4)
Total de títulos disponíveis para venda	191.590	191.574	(16)	178.413	178.400	(13)
Total de títulos e valores mobiliários	191.868	191.852	(16)	178.878	178.865	(13)

b) Composição por vencimento

	2018		2017		
	Até 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	191.574	191.574	-	178.400	178.400
Certificado de depósito bancário - CDB	278	278	465	-	465
Total	191.852	191.852	465	178.400	178.865

Os títulos públicos, custodiados no SELIC, foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 9 (R\$ 7 em 2017).

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“Hedge”) contra risco de mercado, que decorre principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de “Hedge” é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (Pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.



a) Composição analítica das operações

Contratos de mercado futuro

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Bacen, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	2018		2017	
	Valor de referência	Ajuste diário a receber/(pagar)	Valor de referência	Ajuste diário a receber/(pagar)
Contratos de futuros (i)				
Posição comprada				
Dólar	187.446	750	234.881	142
Euro	-	-	7.671	5
Total posição comprada	<u>187.446</u>	<u>750</u>	<u>242.552</u>	<u>147</u>
Posição vendida				
DI	-	-	22.991	-
Dólar	54.388	(397)	41.804	(1.432)
Total posição vendida	<u>-</u>	<u>(397)</u>	<u>64.795</u>	<u>(1.432)</u>
Total Contratos de Futuro	<u>241.834</u>	<u>353</u>	<u>307.347</u>	<u>(1.285)</u>

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a receber no valor de R\$ 353 (R\$ 1.285 em 2017), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela B3.

Contratos a termo NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física – NDF (Non Deliverable Forward) registrada na B3 é assim assumida:

	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	2018	2017
				Posição Líquida	Posição Líquida
I) Tipo:					
Termo de moedas:					
Posição comprada					
Euro x Dólar	54.011	55	(634)	(579)	1.805
Dólar x Dólar Canadense	1.506	39	-	39	-
Total posição comprada	<u>55.517</u>	<u>94</u>	<u>(634)</u>	<u>(540)</u>	<u>1.805</u>
Posição vendida					
Euro x Dólar	13.503	39	-	39	-
Libra Esterlina x Dólar	2.543	52	-	52	(1.021)
Dólar Australiano x Dólar	1.426	8	-	8	-
Total posição vendida	<u>17.472</u>	<u>99</u>	<u>-</u>	<u>99</u>	<u>(1.021)</u>
Total NDF	<u>72.989</u>	<u>193</u>	<u>(634)</u>	<u>(441)</u>	<u>784</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição por vencimento

Valor de referência - Compensação	2018	
	Até 3 meses	Total
Contratos de futuro – Compra	187.446	187.446
Contratos de futuro – Venda	54.388	54.388
Contratos a termo – Compra	55.517	55.517
Contratos a termo - Venda	17.472	17.472
Total	314.823	314.823

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

Vinculados a prestação de garantias	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (Nota 6)	107.080	52.244
Total	107.080	52.244

d) Resultado com instrumentos financeiros de derivativos

Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros de derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, estão demonstrados a seguir:

	2018			2017		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Futuros	87.338	(61.945)	25.393	68.894	(65.868)	3.026
Operações a termo - NDF	1.261	(3.958)	(2.697)	2.766	-	2.766
Total	88.599	(65.903)	22.696	71.660	(65.868)	5.792



8. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira de crédito

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Operações de crédito		
Capital de giro	289.275	230.074
Conta garantida	99.871	115.631
BNDÉS/FINAME	81.874	46.060
Financiamento em moeda estrangeira	15.813	17.150
Títulos descontados	12.593	12.644
Cédula de crédito de exportação	4.376	12.237
Cheque especial	8.445	6.971
Crédito direto ao consumidor	5.253	6.864
Recuperação judicial	3.218	4.601
Crédito pessoal	1.980	2.641
Adiantamento a depositantes	647	954
Confissão de dívida	182	387
Hot Money	1.710	202
	<u>525.237</u>	<u>456.416</u>
Outros créditos		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 9)	8.374	16.810
Rendas a receber (nota 9)	264	271
Títulos e créditos a receber-com características de concessão de crédito (nota 10)	94.245	91.548
	<u>102.883</u>	<u>108.629</u>
Total das operações de crédito	<u>628.120</u>	<u>565.045</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.792)	(9.920)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(8.951)	(8.416)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(25.743)</u>	<u>(18.336)</u>

b) Composição da carteira – por tipo de cliente e atividade

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Pessoa jurídica - Setor privado:</u>		
Comércio	170.223	150.670
Indústria	163.340	48.302
Intermediação financeira	31.442	26.302
Rural	3.325	2.624
Habitação	-	1.975
Outros serviços (i)	248.728	320.412
	<u>617.058</u>	<u>550.285</u>
<u>Pessoas físicas</u>	11.062	14.760
Total	<u>628.120</u>	<u>565.045</u>

- (i) Outros serviços tem sua concentração (93%) nos setores de Serviços Privados, Educação, Saúde e Serviço Sociais e Construção e Imobiliário não destinado a habitação.



c) Composição da carteira por vencimento

	2018	2017
Vencidas:		
A partir de 14 dias	21.444	8.064
À vencer:		
até 90 dias	213.784	249.445
de 90 a 360 dias	250.461	222.835
acima de 360 dias	142.431	84.701
Total da carteira por vencimento	628.120	565.045

d) Concentração da carteira

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	179.309	28,55%	191.241	33,85%
50 seguintes maiores devedores	324.630	51,68%	249.691	44,19%
100 seguintes maiores devedores	111.326	17,72%	105.620	18,69%
Demais devedores	12.855	2,05%	18.493	3,27%
Total da carteira	628.120	100,00%	565.045	100,00%

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	% Provisão	2018			
		A vencer	Vencidas*	Total	Provisão
A	0,5	448.319	-	448.319	(2.710)
B	1,0	77.699	20	77.719	(777)
C	3,0	58.987	147	59.134	(1.774)
D	10,0	13.184	6.924	20.108	(2.011)
E	30,0	442	1.069	1.511	(453)
F	50,0	182	1.217	1.399	(700)
G	70,0	7.756	948	8.704	(6.092)
H	100,0	107	11.119	11.226	(11.226)
Total		606.676	21.444	628.120	(25.743)

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



2017					
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas*	Total	Provisão
A	0,5	398.096	-	398.096	(1.989)
B	1	76.336	68	76.404	(764)
C	3	70.594	84	70.678	(2.120)
D	10	2.266	359	2.625	(263)
E	30	162	1.154	1.316	(395)
F	50	25	426	451	(225)
G	70	9.458	191	9.649	(6.754)
H	100	44	5.782	5.826	(5.826)
Total		556.981	8.064	565.045	(18.336)

* A coluna "vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações vencidas acima de 14 dias

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2018	2017
Saldo Inicial	(17.502)	(20.702)
Constituição	(12.674)	(12.179)
Reversão	3.340	1.270
Baixas de créditos contra prejuízo	1.093	13.275
Saldo Final	(25.743)	(18.336)

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2018, totalizaram R\$ 7.707 (R\$ 20.336 em 2017).

Os créditos recuperados no semestre findo em 30 de junho de 2018, totalizaram R\$ 513 (R\$ 8.998 em 2017).



9. Carteira de câmbio

Em 30 de junho de 2018 e 2017 a carteira de câmbio do Grupo Rendimento está formada como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	380.164	96.516
Direitos sobre venda de câmbio	392.168	179.936
(-) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(312.025)	(6.208)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8)	264	271
Total do ativo circulante	<u>460.571</u>	<u>270.515</u>
Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	386.050	172.592
Obrigações por compra de câmbio	376.596	95.783
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 8)	(8.374)	(16.810)
Obrigações por vendas realizadas	4.781	3.399
Total do passivo circulante	<u>759.053</u>	<u>254.964</u>

10. Outros créditos diversos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 8) (ii)	94.245	91.533
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito (i)	5.416	10.117
Impostos e contribuições a compensar	12.973	10.736
Devedores diversos – País	9.671	6.956
Crédito tributário (nota 14b)	14.234	10.265
Devedores por depósito em garantia (nota 24b)	22	-
Outros	3.257	2.918
Total do circulante	<u>139.137</u>	<u>132.525</u>
Realizável a longo prazo		
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 8)	-	15
Impostos e contribuições a compensar	512	-
Devedores diversos – País	201	-
Devedores por depósito em garantia (nota 24b)	132.155	123.826
Crédito tributário (nota 14b)	50.269	42.524
Total realizável a longo prazo	<u>183.137</u>	<u>166.365</u>
Total	<u>322.955</u>	<u>298.890</u>

(i) Refere-se substancialmente, a liquidação das vendas do produto Visa Travel Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto e câmbio a fechar.

(ii) Refere-se substancialmente as operações de Confirme. As transações de pagamento, conforme Carta-Circular nº 3.828/17, foram reclassificados, de forma prospectiva, para a rubrica "Relações Interfinanceiras".



11. Depósitos

a) Composição da carteira

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos à vista		
Pessoa física	48.802	59.322
Pessoa jurídica	149.074	81.062
	<u>197.876</u>	<u>140.384</u>
Depósitos interfinanceiros		
Instituições financeiras	2.012	12.335
	<u>2.012</u>	<u>12.335</u>
Depósitos a prazo		
Pessoa jurídica	778.084	389.410
Pessoa física	179.250	183.207
Instituições financeiras	12.560	1.336
	<u>969.894</u>	<u>573.953</u>
Total de depósitos	<u>1.169.782</u>	<u>726.672</u>

b) Composição da carteira por vencimento

					<u>2018</u>	<u>2017</u>
	Sem	Até 180	De 181 a	Acima de	Total	Total
	Vencimento	dias	365 dias	365 dias		
Depósitos à vista	197.876	-	-	-	197.876	140.384
Depósitos interfinanceiros	-	2.012	-	-	2.012	12.335
Depósitos a prazo	-	95.100	78.923	795.871	969.894	573.953
Total de depósitos	<u>197.876</u>	<u>97.112</u>	<u>78.923</u>	<u>795.871</u>	<u>1.169.782</u>	<u>726.672</u>

c) Concentração dos depositantes

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
10 Maiores depositantes	643.180	276.113
50 Seguintes depositantes	265.416	237.194
100 Seguintes depositantes	117.690	98.823
Demais depositantes	143.496	114.542
Total de depósitos	<u>1.169.782</u>	<u>726.672</u>

12. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos

				<u>2018</u>	<u>2017</u>
	Até 90 dias	De 91 a	Acima de	Total	Total
		365 dias	365 dias		
Recursos de aceites e emissão de títulos					
Letras de crédito imobiliário	28.158	16.651	2.253	47.062	39.815
Letras de crédito agronegócio	-	1.700	-	1.700	
Obrigações por empréstimos					
Empréstimos no exterior	2.003	11.052	-	13.055	17.704
Obrigações por repasses – Instituições Oficiais					
BNDES	6.938	24.646	42.514	74.098	36.099
FINAME	952	3.412	2.644	7.008	9.856
Total	<u>38.051</u>	<u>57.461</u>	<u>47.411</u>	<u>142.923</u>	<u>103.474</u>



13. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	24.568	6.084
Impostos e contribuições sobre os lucros	6.192	15.496
Total do circulante	<u>30.760</u>	<u>21.580</u>

b) Diversas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	38.374	29.182
Credores diversos no exterior (i)	239.737	219.298
Obrigações por transações de pagamento	1.990	-
Credores diversos no país	70.298	33.302
Outras	-	-
Total do circulante	<u>350.399</u>	<u>281.782</u>
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (nota 24b)	134.482	127.083
Provisão para garantias prestadas (nota 23)	604	468
Outras	-	1.313
Total do exigível a longo prazo	<u>135.086</u>	<u>128.864</u>
Total	<u>485.485</u>	<u>410.646</u>

(i) Refere-se substancialmente a cartões "pré-pagos" (Visa Travel Money).



14. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social.

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	49.631	49.631	43.855	43.855
Juros sobre capital próprio	(9.110)	(9.110)	(8.550)	(8.550)
Participação nos Lucros (empregados)	(905)	(905)	(1.813)	(1.813)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - Ajustado	39.616	39.616	33.492	33.492
Adições:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.334	9.334	10.909	10.909
Provisão para contingências	3.498	3.498	530	530
Outras provisões indedutíveis	2.268	2.268	-	-
Patrocínio e doações indedutíveis	355	355	137	137
Remuneração variável de dirigentes	640	-	1.121	653
Gratificações	1.758	1.758	-	-
Outras	174	174	1.860	1.878
Total das adições	18.027	17.387	14.557	14.107
Exclusões:				
Ajuste positivo ao valor de mercado - TVM	-	-	1.029	1.029
Perdas em operações de crédito – Lei nº 9.430/96	1.214	1.214	10.669	10.669
Outras provisões	267	191	431	492
Total das exclusões	1.481	1.405	12.129	12.190
Base do imposto de renda e contribuição social	56.162	55.598	35.920	35.410
IRPJ/CSLL	(14.153)	(10.958)	(8.898)	(6.844)
Dedução de incentivos fiscais	543	-	246	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(13.610)</u>	<u>(10.958)</u>	<u>(8.658)</u>	<u>(6.849)</u>
Ativo fiscal diferido	3.895	2.963	296	285
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>(9.715)</u>	<u>(7.995)</u>	<u>(8.362)</u>	<u>(6.564)</u>

b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

Descrição	Saldo			Saldo 30/06/2018
	31/12/2017	Constituição	Realização	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.456	5.912	(2.128)	21.240
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	29.216	-	(51)	29.165
Provisão para contingências	5.023	1.509	(197)	6.335
Provisão para participações no lucro	1.434	1.555	(2.150)	839
Outras	4.530	6.381	(3.987)	6.924
Total	<u>57.659</u>	<u>15.357</u>	<u>(8.513)</u>	<u>64.503</u>

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução do Bacen nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Grupo Rendimento não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Descrição	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.307	3.062	8.388	3.463	20	21.240
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	29.165	29.165
Provisão para contingências	682	749	1.362	3.542	-	6.335
Provisão para participações no lucro	839	-	-	-	-	839
Outras	6.406	-	518	-	-	6.924
Total	14.234	3.811	10.268	7.005	29.185	64.503
Valor presente	13.289	3.531	9.365	6.339	26.181	58.705

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 58.705, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

15. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas referente as aplicações em CDB dos acionistas, foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

	Pessoas Físicas ⁽¹⁾		Pessoas Jurídicas ⁽²⁾	
	2018	2017	2018	2017
Passivo	56.304	67.708	118.530	107.073
Certificado de depósito bancário	35.718	51.460	116.458	106.906
Depósitos à vista	929	365	2.072	167
Letras de crédito imobiliário	18.588	15.883	-	-
Letras de crédito do agronegócio	1.069	-	-	-
Resultado	(1.887)	(3.508)	(4.091)	(5.292)
Despesas de captações	(1.887)	(3.508)	(4.091)	(5.292)

(1) Referem-se ao pessoal chave da administração.

(2) Referem-se as empresas: Rendimento Holding S/A, Mac Participações e Controladas e Ades Investimentos e Participações Ltda.

b) Remuneração da administração



Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social das empresas do Grupo Rendimento. Incorreram os seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2018	2017
Remuneração fixa no semestre	4.180	4.404
Remuneração variável no semestre	640	165
Encargos sociais	1.274	1.276
Total	<u>6.094</u>	<u>5.845</u>

O Grupo Rendimento não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social do Banco Rendimento (instituição líder), totalmente integralizado é de R\$ 107.370, é representado por 125.024 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 62.512 ordinárias e 62.512 preferenciais.

O capital social de não controladores é de R\$ 61.068 e está constituído por 1.893.074 ações, sendo 963.017 ordinárias, 928.017 preferenciais e 2.108 cotas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria, mediante assembleia geral dos acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 7.270 (R\$ 3.537 em 2017).

Em 30 de maio de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 9.110 referente aos lucros acumulados até 31 de dezembro de 2017 (R\$ 8.550 em 2017), calculados com base na Taxa de Juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do semestre no montante de R\$ 4.067 (R\$ 3.825 em 2017).

c) Reserva de lucros



Legal: o Grupo Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

17. Despesas de captação no mercado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos a prazo	22.504	24.127
Recursos de emissão de títulos	1.402	1.484
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	706	455
Depósitos interfinanceiros	273	1.118
Operações compromissadas	191	383
Total	<u>25.076</u>	<u>27.567</u>

18. Receitas de prestação de serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Câmbio	16.726	15.594
Cartões	9.223	11.319
Arrecadação	9.172	7.151
Transações de pagamento	7.884	1.501
Serviços bancários	1.477	2.294
Outros serviços	2.995	2.303
Total	<u>47.477</u>	<u>40.162</u>

19. Despesa de pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Proventos	42.637	37.412
Encargos sociais	15.585	13.814
Benefícios	14.015	11.556
Honorários	4.795	4.343
Outras	1.013	630
Total	<u>78.045</u>	<u>67.755</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



20. Outras despesas administrativas

	2018	2017
Transportes	19.201	16.244
Serviços do sistema financeiro	10.043	8.615
Processamento de dados	7.860	8.096
Serviços técnicos especializados	2.595	1.935
Aluguéis	7.630	8.714
Depreciações/amortizações	2.852	2.947
Comunicações	1.832	1.948
Serviços de terceiros	1.607	1.750
Vigilância e segurança	1.172	1.142
Contribuições filantrópicas	557	582
Manutenção e conservação de bens	1.125	1.265
Outras	6.359	5.067
Total	62.833	58.305

21. Despesas tributárias

	2018	2017
COFINS	10.437	8.591
ISS	1.881	1.616
PIS	1.763	1.451
Outras	1.687	1.169
Total	15.768	12.827

22. Outras receitas e despesas operacionais

	2018	2017
Outras receitas operacionais		
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.475	4.498
Receita de arbitragem	3.465	2.543
Reversões e recuperações diversas	403	527
Verbas de incentivo	630	332
Outras	737	737
Total	7.710	8.637
Outras despesas operacionais		
Custódia	9.878	9.279
Comissões	9.870	7.267
Verbas de incentivos	6.947	5.255
Convênios operacionais	5.080	3.784
Contingências (i)	4.482	1.037
Atualização monetária de contingências	2.344	4.431
Despesa com numerários	1.312	-
Outras	2.460	3.938
Total	42.373	34.991

(i) Na rubrica "contingências", estão registrados as despesas de contingências cíveis/fiscais/trabalhistas.

23. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 30 de junho de 2018, correspondiam a R\$ 70.056 (R\$ 67.889 em 2017) com provisão para perdas no montante de R\$ 604 (R\$ 468 em 2017).



24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2018 não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) Provisões fiscais - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 120.615;
- Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fianças e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 3.596.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

				2018	2017
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Provisão para Contingências					
Saldo no início do semestre	122.186	7.446	606	130.238	122.297
Constituições/(Reversões)	2.123	2.916	521	5.560	5.291
Pagamentos	-	(1.259)	(57)	(1.316)	(505)
Saldo no final do semestre	124.309	9.103	1.070	134.482	127.083

				2018	2017
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Depósitos Judiciais					
Saldo no início do semestre	123.044	3.575	919	127.538	117.526
Constituições	3.411	1.799	59	5.269	6.489
Reversões	-	(606)	(24)	(630)	(189)
Saldo no final do semestre	126.455	4.768	954	132.177	123.826



c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2018, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- Por 40 processos de natureza cível que somam R\$ 569, e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras.
- Pela contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de São Paulo, no montante de R\$ 1.086.
- Contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de Santo André, no montante de R\$ 654.
- Contestação de contingência sobre depósitos judiciais do alargamento da base de PIS e COFINS, no montante de R\$ 538.

c) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo Rendimento.

25. Gerenciamento integrado de riscos

A Resolução do CMN nº 4.553/17 estabeleceu modelo de segmentação das instituições, no qual enquadrou o Conglomerado Rendimento no Segmento S4, para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Em paralelo, por meio da Resolução nº 4.557/17, dispôs sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, visando a implantação de gestão integrada por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas, tendo como objetivo a racionalização e efetividade dos controles, através de postura prospectiva com foco na disseminação da cultura orientada à gestão e controle dos riscos.

Foram adotadas medidas prudenciais com a revisão da estrutura existente de forma a promover a unificação e padronização por modelos efetivos de gestão de riscos e de capital, de acordo com o perfil de negócio e apetite a riscos das empresas componentes do Conglomerado Prudencial dispostos na Declaração do Apetite por Riscos – RAS (Risk Appetite Statement).



a) Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional encontra-se condizente com as atividades desenvolvidas e negócios realizados na Instituição e estruturado por um conjunto de procedimentos, processos e sistema de controle, os quais viabilizam a contínua adequação desse gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

Esse modelo de controle auxilia a Alta Administração no cumprimento dos objetivos estratégicos à medida que são identificados e analisados os eventos e incidentes vinculados a fraudes, descontinuidade de negócios, falhas tecnológicas, processos inadequados, dentre outros, assegurando a conformidade com os requerimentos regulatórios.

Para mensuração do montante de capital regulamentar destinado à cobertura do risco operacional, o Conglomerado aplica a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada prevista na Circular do Bacen nº 3.640/13.

b) Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado é realizado de forma centralizada e se mantém estruturado de acordo com as políticas internas e dispositivos legais, capaz de identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes da flutuação nos valores de mercado e cotações dos instrumentos financeiros (taxas de juros, índices de preços, cupons cambiais, variação cambial), bem como prover recursos para a Instituição, visando permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Value at Risk (VaR) é a principal métrica para mensuração do risco de mercado dos portfólios detidos pelo Grupo Rendimento. O VaR é calculado para um dia útil com intervalo de confiança de 95%.

Adicionalmente são realizados testes de estresse sobre o fluxo de ativos e passivos, contemplando o pior resultado histórico dos indicadores, através da utilização de métricas de apuração de cenários de alta e de baixa divulgados pela B3.

O modelo de gestão de risco de mercado passa por revisões periódicas e contínuo alinhamento às melhores práticas, visando a sua aderência às disposições legais e a processos efetivos de melhoria nos controles.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Instituição em não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A gestão do risco de liquidez abrange o monitoramento e contínuo acompanhamento dos níveis de caixa, em todas as operações financeiras bem



como possíveis exposições contingentes, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

A realização dos testes de estresse, provenientes de eventos hipotéticos sobre os fluxos ativos e passivos, obedece aos critérios de classificação de operações previstos em normativos do Banco Central e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III e visa conhecer os impactos significativos das exposições sobre o resultado corrente da instituição e identificar áreas suscetíveis e passíveis de mitigação de risco.

A área de risco de liquidez do Grupo Rendimento elabora e compartilha diariamente com a alta administração, tesouraria e áreas de negócios, relatórios que expõem o limite mínimo de caixa, considerando a alavancagem das posições em relação ao patrimônio de referência e o fluxo de pagamentos/recebimentos por data de vencimento num horizonte de dois anos. Os relatórios são compartilhados diariamente com o objetivo de definir as estratégias de liquidez a serem seguidas.

d) Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito está compatível com as disposições constantes da Resolução do CMN nº 4.557/17 e apresenta como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos e estabelecer limites e mecanismos de mitigação de risco por meio de políticas aderentes às boas práticas, visando manter a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos dos mercados em que atua.

A estrutura de risco de crédito possibilita a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos inerentes aos produtos da carteira de crédito e respectivas concentrações em que estejam associadas a perdas pelo não cumprimento por parte do tomador ou contraparte, em razão das seguintes condições: a) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; b) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; c) à redução de ganhos ou remunerações; d) às vantagens concedidas na renegociação e; e) aos custos de recuperação.

A Política de Gestão de Risco de Crédito define claramente as diretrizes no tocante a adoção de medidas corretivas e de planos de ação que possibilitem a identificação e mitigação de possíveis perdas ou riscos de crédito. A política aplicada pelo Grupo fundamenta-se na exigência de garantias compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes que apresentem capacidade financeira para honrar os compromissos de crédito contratados.

O processo de tomada de decisões e a definição da política de crédito garantem maior eficiência e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são tomadas de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, visando garantir a criteriosa observação do risco das operações.



e) Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura do Rendimento para gerenciamento de capital consiste na avaliação da capacidade do Patrimônio de Referência em suportar, nos períodos futuros, todos os riscos que possam envolver os negócios do Grupo. Esse processo de monitoramento contínuo tem como objetivo avaliar a capacidade do Patrimônio de Referência (PR) em suportar a alavancagem dos respectivos portfólios, dando consistência à política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos na forma regulamentar.

Com o objetivo de mensurar os riscos não previstos nas metodologias de cálculo padronizadas, são realizadas simulações de cenários de estresse para avaliação de fontes para manutenção do nível de capital, através da utilização de ferramentas específicas de controle e práticas de mercado.

A estratégia de negócios da organização está registrada no Plano Trienal de Capital, aprovado pela Alta Administração, por meio da realização de projeções do índice de Basileia com base em simulações de cenários de estresse, onde são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo, visando possibilitar previsão de fontes para manutenção do nível de capital.

Nesse Plano de Capital são contempladas as expectativas do triênio, com base no Conglomerado Prudencial, através de projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

f) Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Banco Rendimento conta com instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, através de seus produtos e serviços, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A participação frequente da Administração, na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo, assegura a sinergia entre as diversas áreas de negócios e controle e o contínuo acompanhamento das atividades realizadas no grupo, com a definição de políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais, visando evitar o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

g) Responsabilidade Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental no Grupo Rendimento estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras nos negócios realizados no Grupo, nas relações de trabalho e com o mercado, clientes, fornecedores e público interno, nos termos definidos na Resolução nº 4.327/14 do CMN, bem como os procedimentos da Lei Anticorrupção



descritos na Política de Responsabilidade Socioambiental, dando ênfase aos padrões de conduta e código de ética.

Os mecanismos de gestão das práticas de controle, identificação e mitigação de perdas associadas aos riscos socioambientais encontram-se devidamente definidos com base em estratégias e diretrizes aprovadas pela diretoria e visam disseminar procedimentos que devem ser observados por todo corpo funcional no relacionamento com clientes, parceiros e fornecedores, possibilitando a efetiva aplicabilidade nas relações de negócios.

27. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

	2018	2017
Patrimônio de Referência – PR	275.443	246.263
Ativo Ponderado pelo Risco	1.922.081	1.681.641
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	1.297.929	1.065.334
Risco de exposição cambial – RWA_{CAM}	53.023	46.249
Risco de taxas de juros – RWA_{IUR1}	2.387	3.116
Risco de cupom de moedas – RWA_{IUR2}	36.765	46.516
Risco operacional – RWA_{OPAD}	531.976	520.426
Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA	165.494	155.552
Margem sobre o PR considerando a R_{BAN}	72.882	90.073

O índice de Basileia na data base de 30 de junho de 2018, para o Conglomerado Prudencial, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, concentrou-se em 14,33% (14,65% em 2017).